



OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DO AMAZONAS

Annabela da Silva Silveira ¹
Carla Guimarães Batista ²
Elzineide Ramos de Melo ³
Irney da Silva Freitas Marques ⁴

INTRODUÇÃO

Estudiosos da cultura amazonense, relatam em suas pesquisas a pluralidade da população do estado do Amazonas, sendo possível vislumbrar nos interiores e na capital, produtores rurais, ribeirinhos, quilombolas, indígenas e pessoas de outras cidades brasileiras ou países que viram em Manaus uma oportunidade de crescimento profissional, principalmente na época da criação da zona franca, ou em tempos anteriores como a chamada Era da borracha, e se firmaram no território amazônico. Fazendo com que a expansão e o crescimento das cidades e municípios ocorressem em torno de diversos interesses.

O relato de experiência especifica os desafios da educação do campo no estado do Amazonas, com o objetivo de reconhecer a construção histórica e as modificações ocorridas em todo o território ao longo dos anos. Vinculando, as leis da educação e sua implementação para atender as características geográficas da região, e seu contexto marcado por divergências e uma realidade singular, apresentando dessa forma, uma problemática pautava em evidenciar as dificuldades enfrentadas pela população do campo, quanto a educação de qualidade, garantida por lei.

METODOLOGIA

O percurso metodológico ocorreu a partir da disciplina “Educação das populações indígenas, ribeirinho e étnico-raciais”, do curso de licenciatura em Pedagogia, onde foi proposto um estudo bibliográfico e posteriormente uma visita in loco, com entrevistas e observações, para o reconhecimento da vivência da educação do campo no Amazonas.

¹Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário Fametro, annabela.s.silveira@gmail.com;

²Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário Fametro, carlabatista08.cb@gmail.com;

³Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário Fametro, elzineide.melo@fametro.edu.br;

⁴Professor orientador : mestre, Centro Universitário Fametro, irney.marques@fametro.edu.br.



REFERENCIAL TEÓRICO

Compreendendo tais significados é possível perceber as interferências e relações que um povo ocupa sobre outro e a individualidade de cada espaço. Os locais designados e ocupados por uma economia voltada ao plantio, colheita, a coleta de matéria prima animal e vegetal, formam-se comunidades que se juntam afim de colaborarem e estabelecerem relações que fortifiquem, pretendendo desenvolver suas atividades.

Freire (1987, p.74)” afirma que no Brasil da década de 80, a educação do campo possuía um caráter domesticador, onde o educando era levado a pensar apenas de forma mecânica, sendo inserido em uma realidade quase que paralela a sua. Onde por vezes, as palavras e expressões apresentadas durante a ministração das aulas não faziam parte do seu cotidiano.

E somente após anos de debates e discussões foi redigida e publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, onde “dá, à escola localizada no mundo rural, o devido respeito à diversidade dos povos do campo, assegurando-lhes princípios organizacionais ligados às atividades do trabalho e da vida do campo.” (AMBONI, 2013, p.2)

Corroborando, em dezembro de 2001 é aprovado o Parecer CNE/CEB n° 36/2001, Tendo como finalidade, apresentar as diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. No ano seguinte, uma resolução é acrescenta novas diretrizes, a CNE/CEB n°21/2022.

No entanto, as mudanças educacionais demoram para ocorrer e serem implementadas conforme o padrão que respeite a pluralidade e garanta o acesso aos lugares mais remotos. A Amazônia por sua vez, possui uma fauna e uma flora diversa, onde os produtores rurais podem desenvolver suas atividades tanto na plantação, quanto no artesanato, visto que as folhagens e alguns frutos podem ser matéria prima para a confecção de colares, anéis e demais acessórios e objetos que perpassam pela decoração de casas e vão até a estruturação delas. (HUTIENNE, 2009, p. 88-92).

Diante disto, se faz necessário uma política que compreenda todos os aspectos concernentes ao campo e da região Amazônica, sendo considerado nos materiais didáticos e na abordagem das aulas as características locais, utilizando nomenclaturas e terminologias próprias da comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação muda à medida que se travam lutas ideológicas, sociais e políticas em contextos históricos, levando ao progresso e respeito a multiplicidade de culturas, povos e singularidade dos territórios nacionais brasileiros. Ou a retrocessos, visando apenas a execução de funções que alimentem as indústrias e o molde capitalista como um todo. A mão de obra barata vai de encontro a formação de seres críticos, aptos a questionarem a realidade e estimular debates e novas políticas que defendam suas terras e sua história. (BAUER, 2010, p. 40-45).

Nota-se que apesar da implementação de uma Base Comum Curricular no ano de 2017 e de um novo parecer no ano de 2020, o Parecer CNE/CP nº 22/2020, aprovado em 8 de dezembro, que discorre acerca das diretrizes curriculares da pedagogia e a da alternância na Educação Básica e Superior. Ainda há muito a avançar no que se refere a implantação e estruturação destas normas.

Pela expansão do território amazônico existem comunidades que não possuem acesso às escolas, ou como evidenciado ao longo dos estudos, salas que em seu interior integram alunos de séries distintas. Não respeitando a idade indicada na lei e ultrapassando ou prejudicando as fases de desenvolvimento. Essa característica, releva uma educação dissociada das normas legais. Levando, o educando que por vezes, desde a tenra idade já ajuda a família em atividades como o cultivo, a desistir da escola e permanecer somente nas práticas rurais. (FREITAS; REIS, HAGE; 2019, p. 768-789).

Prazeres e Carmo (2013, p.10), retratam em seus estudos, determinadas dificuldades, que ratificam a falta do olhar para a educação do campo no contexto Amazônico,

[...] a precária condição estrutural em que as escolas funcionam, algumas vezes em barracões comunitários, onde as condições físicas não favorecem a aprendizagem; a escassa oferta de material didático e pedagógico; a delicada oferta do transporte escolar e falta de formação dos docentes, o currículo deslocado da realidade local são alguns dos aspectos que tornam a educação do campo na Amazônia, carente de políticas públicas educacionais que dêem conta de contemplar sua realidade complexa e heterogênea. (PRAZERES; CARMO; 2013, p.10)

Em determinadas áreas, as prefeituras têm se movimentando no auxílio ao transporte, onde ônibus são disponibilizados para a locomoção dos alunos, mas pela falta de asfalto na maioria das ruas e ramais, em dias de chuva o acesso é impossibilitado. Condição que alerta as divergências climáticas do território. Conjecturando ainda, a carência de pesquisas que



levantem dados concretos para dar suporte às demandas da população rural e de políticas públicas que compreendam o cotidiano da vida no campo. (HAGE; CORRÊA, 2019, p. 123-142).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o percurso traçado através da disciplina “Educação das populações indígenas, ribeirinho e étnico-raciais”, percebe-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido, no que se refere aos desafios da educação no campo do estado do Amazonas. Os estudos que abordam a temática são escassos, de forma que a delimitação temporal, precisou ser expandida para uma visualização coesa das problemáticas do cotidiano das escolas rurais.

As reflexões buscaram evidenciar a necessidade da ampliação de pesquisas que relatem as características físicas do estado, com todas as suas singularidades e expansão. Associando, a educação, e todas as possibilidades de democratizar e ofertar um ensino de qualidade, conforme as leis e estabelecer vínculos com materiais didáticos que além de respeitar a cultura regional, insira as vivências do estudante. Dessa forma, o discente poderá ressignificar os conteúdos e se apropriar do conhecimento.

Palavras-chave: Educação do Campo; estado do Amazonas, Desafios.

REFERÊNCIAS

AMBONI, Vanderlei. **A educação no campo nos marcos da escola pública**. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2013.

BAUER, Carlos. **A classe operária vai ao campus: esboço de história social, trabalho precário, resistência e ousadia na universidade brasileira contemporânea**. São Paulo: Sudermann, 2010.

BRASIL. Ministério de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRASIL. MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei nº 9394/96. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 13/04/2022

FREITAS, Maria N. M.; REIS, Maria Isabel A.; HAGE, Salomão Antônio M. **Realidade e desafios da educação infantil do campo na Amazônia paraense**. REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO. V.:37, n.: 4, p.: 768-789, out/dez 2019. Florianópolis.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HAGE, S.; CORRÊA, S. R. **EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA**. RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade, v. 4, n. 7, p. p. 123-142, 30 dez. 2019.



HUTIENNE, Thomas Peter. **Agricultura familiar na Amazônia Oriental: uma comparação dos resultados da pesquisa socioeconômica sobre fronteiras agrárias sob condições históricas e agroecológicas diversas.** Novos Cadernos NAEA, [S.l.], v. 2, n. 1, maio 2009.

PRAZERES, M. S.; CARMO, E. S. **Educação do Campo e Políticas Públicas na Amazônia: Desafios e Possibilidades.** Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/posters/0104.pdf> Acesso em: 15/04/2022

Resolução CNE/CEB nº 36/2001: **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escola do Campo.** Brasília: MEC/CNE/CEB, 2002.

Resolução CNE/CP nº 22/2020 **Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior.** Brasília: MEC/CNE/CEB, 2002.